

## **Pandemia, cultura indígena e visibilidade midiática: Uma análise do enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre as questões indígenas no período da Covid-19<sup>1</sup>**

Rafaela da Silva PELEGRINO<sup>2</sup>

Graduada - UFSJ

Luiz Ademir de OLIVEIRA<sup>3</sup>

Doutor – UFSJ e UFJF

### **Resumo**

A mídia configura-se como um espaço público de disputas simbólicas, em que diferentes atores sociais estabelecem estratégias de poder (Oliveira, Quadros e Fernandes, 2021). No caso das populações indígenas no Brasil, tratam-se de 305 povos em suas 274 línguas nativas, que têm sido enquadrados de forma reducionista pela mídia (Melo, 2003; Corrêa, Neves e Tocantins, 2013). Mas a esfera midiática se configura como uma arena de disputas de poder entre as elites hegemônicas e grupos contra hegemônicos (Williams, 1999). O artigo analisa o enquadramento da questão indígena pela *Folha de S. Paulo*, após o registro dos primeiros casos de Covid-19 em demarcações e povos nativos. Toma-se como base teórica o debate da questão indígena a partir dos Estudos Culturais e o Jornalismo como ator social. Quanto à análise, recorre-se à pesquisa documental com a coleta de notícias de março a outubro de 2020 na *Folha de S. Paulo* e a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

**Palavras-Chave:** História do Jornalismo; Indígenas; Estudos Culturais; Covid-19; *Folha de S. Paulo*;

### **Introdução**

Em 2020, o mundo se viu abalado pela eclosão da pandemia da Covid-19, tendo em vista que os primeiros casos surgiram na China em 2019, mas rapidamente se alastraram pelo mundo e, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), classificou a doença como pandemia. No Brasil, em 31 de julho de 2020, tinha mais de 2 milhões infectados e 93 mil mortes.<sup>4</sup> Em dezembro, a aplicação das primeiras doses da vacina gerou muita expectativa, mas no Brasil a situação continuava preocupante e, mesmo com a vacinação, que ainda está lenta, o quadro ainda é grave. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), estima-se que houve, até março de 2021, mais de 1

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei. Foi bolsista do Iniciação Científica pela UFSJ/CNPq. E-mail: [rafaela.cefet@hotmail.com](mailto:rafaela.cefet@hotmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFJF e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: [luzoli@ufsj.edu.br](mailto:luzoli@ufsj.edu.br).

<sup>4</sup> <https://www.dw.com/pt-br/julho-foi-m%C3%AAs-mais-fatal-da-pandemia-de-covid-19-no-brasil/a-54404623>. Acesso em 04 de maio de 2021.

mil indígenas mortos pela Covid-19, uma taxa de mortalidade 7 vezes maior do que a do país.<sup>5</sup>

Desde que os primeiros casos chegaram ao país, o presidente Jair Bolsonaro assumiu uma postura negacionista em relação à pandemia, contestando as recomendações da comunidade científica, como o isolamento social, o uso de máscara e chegando a questionar até a eficácia da vacina. Fernandes, Oliveira e Coimbra (2020), ao analisar as postagens de Bolsonaro no Instagram em março de 2020, verificam que o presidente adota o discurso negacionista em relação à ciência, critica o isolamento social e ignora em suas redes sociais os números de infectados e mortos pela Covid-19. Os autores identificaram que, de 06 a 11 de março de 2020, Bolsonaro sequer mencionou a doença em suas postagens. Em 30 de abril 2021, chegamos a uma situação de colapso do sistema de saúde, com mais de 14 milhões de infectados e mais de 400 mil óbitos, mesmo com o início da vacinação, que está lenta (apenas 15% da população imunizada), enquanto países, como Estados Unidos e Israel já vacinaram mais da metade da população.<sup>6</sup>

Diante de tal situação que atinge diferentes classes sociais, raças, obviamente que os grupos mais vulneráveis são os mais afetados e são as maiores vítimas de doenças contagiosas, epidemias e pandemias, como ocorre no Brasil. Entre estes grupos, estão as populações indígenas. Apesar da grande diversidade, são tratados como um grupo homogêneo. Conforme Bahia (2013), dados do IBGE de 2010 apontam que a população indígena é de 820 mil indígenas (500 mil na zona rural e 315 mil em zonas urbanas espalhados em todos os territórios brasileiros). Há, ainda, 274 línguas indígenas, sendo que 17,5% não falam a língua portuguesa. A autora afirma que a população indígena enfrenta problemas com a aceleração das mudanças sociais e tecnológicas, principalmente promovida pelo setor de agronegócios, que gera impactos negativos nas terras demarcadas indígenas. Tratam-se de invasões e degradações ambientais e territoriais, exploração de trabalho, êxodo desordenado, levando à concentração indígena nas cidades. (BAHIA, 2013).

Tal disparidade entre indígenas e não indígenas revela as desigualdades inclusive no setor de saúde. Segundo Bahia (2013), a incidência de doenças infecciosas e parasitárias (malária, tuberculose, diarreia e pneumonia) é muito maior na população indígena por falta de ações de saúde preventiva. Como agravante, “o envolvimento de indígenas com a

<sup>5</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-ja-registra-mais-de-mil-mortes-de-indigenas-por-covid-19-aponta-entidade-24922195>. Acesso em 05 de julho de 2021.

<sup>6</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/30/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-30-de-abril.gh.html>. Acesso em 04 de maio de 2021.

sociedade nacional e global, e as mudanças em seus sistemas de agricultura e extração em função da aquisição ou oferta de alimentos industrializados, causam obesidade, hipertensão e diabetes (BAHIA, 2013).

Diante desta situação no setor de saúde, com a pandemia da Covid-19, o quadro mostrou-se bastante preocupante com a população indígena, que foi mais afetada. Na notícia “Brasil ultrapassa marca de mil indígenas mortos em decorrência da Covid-19”, Martha Raquel (2021), do *Brasil de Fato*, traz números que apontam o estrago feito pela doença na população indígena.<sup>7</sup> O contato de pessoas que não são das aldeias acaba contaminando os indígenas e proliferando a disseminação do vírus de forma acelerada.

Mesmo que a difusão em larga escala da mídia tenha ampliado os debates sociais antes não vivenciados pela civilização, os grupos midiáticos tendem a reforçar relações de poder e de dominação, conforme Oliveira, Fernandes e Quadros (2021). O enquadramento indígena figura no ecossistema midiático, sofrendo as influências e autoridades instituídas pelo alastramento das ideologias e discursos dominantes. Entretanto, os Estudos Culturais, na concepção de Raymond Williams (1999), que discute o conceito de hegemonia e contra hegemonia, abrem espaços para se entender a mídia como arenas de disputas simbólicas em que as minorias – como os indígenas – podem buscar visibilidade e formas de luta e de resistência. A imprensa pode legitimar as elites ou abrir brechas para representações sociais das minorias.

Assim, o artigo visa a problematizar a discussão a partir da análise de notícias referentes à questão indígena ao longo de 2020. Pretende-se analisar a visibilidade da temática em questão, no portal da *Folha de S. Paulo*, sobretudo no período posterior ao primeiro caso de Covid-19 em território nacional, ocorrido, no Brasil, no dia 26 de fevereiro de 2020. Já na população indígena, o primeiro caso ocorreu em 1º de abril de uma agente de saúde de 20 anos que atua no Amazonas<sup>8</sup>. O recorte de análise será do período de março a outubro de 2020.

Parte do referencial teórico embasado em debates sobre a Questão Indígena sob o prisma dos Estudos Culturais (Williams, 1999; Corrêa, Neves e Tocantins, 2013; Melo, 2003) e Mídia como arena de disputas simbólicas (Oliveira, Fernandes e Quadros, 2021; Thompson, 2008). Quanto à Pesquisa Documental, foi feita referente ao período de oito meses – de março a outubro de 2020, com a coleta de notícias publicadas na *Folha de S.*

<sup>7</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/13/brasil-ultrapassa-marca-de-mil-indigenas-mortos-em-decorrencia-da-covid-19>. Acesso em 04 de maio de 2021.

<sup>8</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/agente-de-saude-e-primeira-indigena-ter-coronavirus-confirmado> como agente de saúde indígena na região da cidade de Santo Antônio do Içá (AM). Acesso em 10 de julho de 2021.

*Paulo*. São 114 notícias a partir das palavras-chave índio, indígenas e nativos. Depois, parte-se para a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com as categorias de análise: temáticas (Cotidiano, Política, Meio Ambiente ou Covid-19) e Enquadramento (valência positiva, negativa ou neutra em relação à pauta indígena).

### **O nativo no discurso: uma visão a partir dos Estudos Culturais**

Estima-se que, no momento da chegada de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras, em meados de 1500, cerca de 5 milhões de índios habitavam esta colônia. Conforme censo do IBGE de 2010, citado por Bahia (2013), são apenas 820 mil indígenas no país, com uma grande diversidade espalhados por todo o território sob vários tipos de ameaça, como violência, doenças, epidemias e mazelas sociais. Corrêa, Neves e Tocantins (2013) explicam que, desde os primeiros contatos com os nativos, as representações sobre seus modos de vida, tais como suas culturas e crenças, passaram a ser registradas nas mais diversas formas artísticas, como pinturas, cartas e imagens. A replicação do imaginário acerca de um povo historicamente estigmatizado ocorria a partir de visões etnocêntricas, pautadas na reprodução dos mecanismos de poder.

Patrícia Melo (2003) afirma que, a partir de uma visão baseada na cultura hegemônica ocidental, de países que colonizaram a América e o Brasil, criaram estigmas sobre os indígenas a partir de um olhar carregado de preconceitos em relação à concepção de nudez, de sexualidade e de trabalho. Melo (2003) afirma que os índios, em sua diversidade de etnias, passaram a ser “pacificados” a partir da cultura ocidental e, aos poucos, foram perdendo as suas terras e vendo a sua população desaparecer, sendo dizimada frente ao avanço imposto pelos colonizadores. Vistos como “bons selvagens”, são tutorados por órgãos governamentais, mas que não conseguem protegê-los dos ataques sofridos dos grandes latifundiários sob a cumplicidade das elites políticas e econômicas. As etnias indígenas, segundo Melo (2003), buscam formas de sobrevivências frente às adversidades. E, mesmo algumas que foram consideradas extintas, ressurgiram.

A resistência das comunidades indígenas ao longo dos anos, porém, tem garantido a sua sobrevivência e até mesmo o reaparecimento de povos que eram considerados extintos. Muitos vivem em centros urbanos – em Pernambuco, em cidades próximas às comunidades indígenas, como Pesqueira e Águas Belas. Há ainda os povos ressurgidos ou emergentes, que se mantiveram no anonimato em decorrência das perseguições e que estão em processo de reorganização e reconstrução de suas culturas, com a consequente luta por suas terras (MELO, 2003, p.104).

Os estereótipos e estigmas hoje são difundidos, principalmente, pela mídia, que atua a partir de uma organização das diversas relações de poder e soberania, construídas por meio de processos históricos. Tais denominações são apropriadas pela imprensa como maneira de dominação, que buscam aniquilar formas de resistência. Foucault (1969) afirmava que o discurso é representação culturalmente construída pela realidade, ou seja, os fatos não se dão de maneira dispersa na história. Mas os discursos se articulam a relações estabelecidas pelas instituições e seus saberes e abarcam enunciados historicamente adotados sob determinada formação discursiva hegemônica.

Assim, a mídia contemporânea produz redes simbólicas que evidenciam as práticas discursivas já estipuladas, além de forjar identidades de acordo com seus ideais privativos. Segundo Melo (2003), na perspectiva do índio, as transcrições transpostas pelos indivíduos da época, detentores de uma soberania social, fizeram com que os povos que habitavam o Brasil desde o seu primórdio passassem a assumir estereótipos a partir das bases de memórias discursivas do Ocidente.

Houve sempre uma batalha discursiva que se inscreveu na produção das identidades indígenas, e ao mesmo tempo em que se introduzia um discurso racista, também desde o início, a resistência a esta hierarquia de racionalidades esteve presente, quer fosse agenciada pelos próprios europeus, como foi o caso do Bartolomeu de Las Casas 1, no início do século XVI, quer fosse administrada pelos povos indígenas, se insurgindo com suas formas de vida a despeito das imposições coloniais. Portanto, esta fronteira, a midiática, com todas as suas transformações, sempre mediou os processos de contato, a princípio agenciados pelos europeus, depois pelo Estado brasileiro e hoje, também envolvendo os próprios indígenas, presentes nas redes sociais. (CORRÊA, NEVES e TOCANTINS, 2013, p. 2).

Por outro lado, os debates sobre as minorias e mais especificamente sobre a questão indígena são discutidos, principalmente, a partir do âmbito dos Estudos Culturais que entendem a mídia como espaços de lutas simbólicas por hegemonia e contra hegemonia. Raymond Williams (1999), um dos precursores dos Estudos Culturais, ao formular o conceito de hegemonia, parte do entendimento de que a cultura é um espaço de disputas de narrativas entre a classe dominantes e os grupos que estão sob dominação. Para o autor, há formas de resistência e de se construir narrativas contra hegemônicas. Williams afirma que existe poderes dominantes, que estão relacionados a uma cultura dominante.

Entretanto, como a cultura é complexa, há culturas emergentes que trazem novos valores e sentidos que podem ser cooptados pela cultura dominantes. Podem, por sua vez, tornarem-se formas de resistência. Ou seja, as referências acerca do imaginário que se

instituiu sobre a figura do índio podem ser replicadas, afirmadas ou até mesmo refutadas ao passo que as produções midiáticas se edificam e agem no escopo coletivo. É a partir da dinâmica dos acontecimentos, elevados ou não por sua importância na mídia hegemônica, que as estratégias de controle e soberania se constituem. Apesar do controle hegemônico, eventualmente, deixam brechas para espaços de resistência. É o caso da eleição da primeira indígena como deputada federal – Joenia Batista de Carvalho (REDE), de Roraima, vice-líder da oposição. Mesmo sendo 1 congressista em meio a 513 parlamentares, tem um grande valor simbólico

### **Mídia como arena de disputas simbólicas**

A consolidação da mídia trouxe posições contraditórias. De um lado, exacerbou o seu lado mercadológico. Por outro lado, ampliou a disseminação das formas simbólicas. Nesse sentido, Oliveira, Fernandes e Quadros (2021) argumentam que a mídia atua como importante ator político ao assumir o papel de impor a agenda pública, legitimar campos, ideias e ideologias e sustentar discursos hegemônicos. O espaço que a agenda indígena ocupa na mídia ainda está muito atrelado aos conceitos concebidos ao decorrer da história. Quando algum fato ou acontecimento relativo a estas populações nativas vira destaque no âmbito internacional, as instituições brasileiras - tal como o Estado e os veículos de comunicação - se veem frente a uma obrigatoriedade discursiva. Isso significa dizer que a pauta poderá ocupar de maneira mais expressiva o noticiário da mídia.

Os *mass media* passaram a ocupar um espaço de centralidade nas esferas sociais, sendo capaz de alterar a lógica de funcionamento da própria coletividade e de todos os seus atores. Para Corrêa, Neves e Tocantins (2013), estas instituições comunicativas permanecem eufônicas aos processos das obsoletas relações de poder, hoje, materializadas em novos formatos, gêneros e discursos.

O espaço que os povos indígenas ocupam nos meios massivos traduz bastante esta história que se escreve desde o início da colonização. Quando um acontecimento relacionado aos povos indígenas ganha destaque internacional e exige uma posição do Estado brasileiro, ele tem mais chance de entrar na pauta dos meios massivos. Em contraponto a esta situação, durante meses é possível um absoluto silenciamento a respeito destas sociedades. (CORRÊA, NEVES e TOCANTINS, 2013, p. 17).

Inevitavelmente, a mídia passa a assumir um caráter trivial nas sociedades atuais, instituindo-se como uma ferramenta consistente de influência nas dinâmicas que

contemplam os processos civilizatórios. Ademais, Thompson (2008) afirma que há uma ampliação muito mais ampla de novas formas simbólicas, antes restritas, inclusive a interações cotidianas face a face. Com a comunicação mediada tecnologicamente, tem-se uma dissociação entre tempo e espaço. Se começou com o advento da imprensa, passou pelo rádio e TV, hoje impacta com a internet e as redes sociais, que já constituem realidade em algumas aldeias, mesclando o tradicional com o que há de mais avançado. Se isso pode trazer benefícios para as culturas indígenas e se faz necessário o letramento digital, por outro lado, corre-se o risco de perda das identidades.

No que diz respeito ao papel da imprensa como ator político – no agendamento ou silenciamento de temáticas e na forma de enquadrar os assuntos, Traquina (2001) traz contribuições ao questionar as teorias que apontam a suposta imparcialidade da imprensa. O autor explica que, ao contrário da objetividade jornalística, os jornalistas são observadores que constroem versões parciais da realidade. Tem-se, portanto, uma perspectiva construcionista em que pesam uma série de variáveis, como o fator mercadológico, a cultura profissional dos jornalistas, os critérios de noticiabilidade, a rede noticiosa, as rotinas de produção, o fator tempo, entre outros fatores.

Oliveira, Fernandes e Quadros (2021) mencionam teorias contemporâneas do jornalismo, como a Teoria do Agendamento, em que a mídia seria responsável por agendar temas, hierarquizar como tais assuntos são discutidos pelo público e oferecer repertórios discursivos sobre tais temáticas. Outra teoria é a Teoria do Agendamento é a de que a imprensa não só agenda, mas enquadra a partir de escolhas editoriais – ela seleciona determinados aspectos do fato, dá mais ênfase e silencia outras questões referentes à temática.

Nesse sentido, quanto à cobertura noticiosa de acontecimentos como a pandemia em aldeias indígenas, a partir da ótica das teorias do jornalismo (Traquina, 2001), observa-se que a grande imprensa ainda alimenta o mito da objetividade jornalística. Na cobertura indígena, fica evidente a dificuldade em se tratar a cultura indígena na sua complexidade pela própria limitação do trabalho jornalístico. A simplificação ocorre tanto pela postura editorial dos veículos quanto pela postura cultura profissional dos jornalistas (que têm mapas culturais reducionistas e não conhecem a diversidade cultural que envolve tal cultura). Há também outros fatores, como as rotinas de produção que impedem o deslocamento para lugares distantes e os critérios de noticiabilidade (hierarquicamente os índios não têm capital político nem econômico para ter visibilidade midiática).



## **Estudo de Caso: o Enquadramento da questão indígena pela *Folha de S. Paulo***

Quanto à Metodologia e ao *Corpus* de Análise, a Pesquisa Documental, foi feita com a coleta das notícias referentes à questão indígena no Portal da *Folha de S. Paulo*, no período de oito meses (entre março a outubro de 2020), a partir das palavras-chaves “índio”, “indígena” e “nativo”. Foram selecionadas 114 notícias. Quanto à Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), definiu-se as categorias de análise: (1) Temáticas/Editoriais - Cotidiano, Política, Meio Ambiente e Covid-19; (2) Enquadramento – valência positiva, negativa ou neutra.

### **Análise de Conteúdo: Enquadramento da questão indígena pela *Folha de S. Paulo***

Desde o início da pandemia causada pelo coronavírus, algumas instituições passaram a realizar levantamentos e boletins diários sobre os novos casos e mortes pela doença em nativos. O Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e as Organizações Indígenas de base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) reúnem dados das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, do Ministério Público Federal a fim de subnotificar, de maneira independente, o avanço da Covid-19 nestas populações. Mas o monitoramento da Covid-19 em demarcações indígenas enfrenta vários impasses, como a carência relativa à abrangência territorial, a falta de desagregação dos dados e a exclusão em estatísticas dos indígenas que vivem fora de terras homologadas. Isso significa que os dados não retratam a realidade do impacto da pandemia sobre as aldeias indígenas.

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi em fevereiro de 2020, mas o primeiro indígena a se contaminar foi em abril – tratava-se de um agente de saúde do povo kokama. Grupos tradicionalmente excluídos da cobertura midiática são capazes de romper à lógica jornalística dominante quando os fatos ganham uma amplitude territorial, como é o caso da pandemia, mesmo que o enquadramento seja em dados e não seja aprofundado. Isso se evidencia na análise dos dados. Conforme o Quadro 1, a distribuição, ao longo do período, foi desigual. Em março, foram só 4 notícias (3,50%) enquanto em abril tiveram 27 matérias (23,70%). A partir de maio, houve um certo equilíbrio – entre 11 a 16 notícias nos seis meses seguintes.

#### Quadro 1

Notícias da Pauta Indígena na *Folha de S. Paulo*



Mês	Total de Notícias	Percentual
Março	04	3,50%
Abril	27	23,70%
Maiο	14	12,28%
Junho	16	14,04%
Julho	14	12,28%
Agosto	16	14,04%
Setembro	11	9,64%
Outubro	12	10,52%
Total	114	100%

Fonte: Dos autores, 2021.

Nota-se, de forma expressiva, uma alteração referente à agenda indígena com a chegada da Covid-19 em seus territórios. Vale salientar que excluir e segregar a existência dos nativos por meio do discurso não é uma prática atual, já que ocorre desde os períodos coloniais. Tornam-se notícia em casos em que se busca o excêntrico ou o trágico. A pauta indigenista está, assim, fadada a um determinismo cultural, uma vez que a sociedade, por influência da mídia, nega aos nativos os aparatos discursivos necessários para a integração de suas vivências, histórias e culturas no escopo social.

Por muito tempo vigorou no imaginário popular, como se em um consenso institucionalizado, a premissa de que a população indígena se extinguiria. Com a pandemia, começa a se falar em “genocídio” dos indígenas. Como consequência, há uma legitimação dos preconceitos estabelecidos em relação ao índio como um ser exótico e de vivências excêntricas. Estigmas que revelam uma visão reducionista da complexidade das múltiplas culturas indígenas e de suas etnias. Na pesquisa, observa-se o extravio de pautas relevantes sobre as especificidades socioculturais destes povos, no tocante à quantidade de conteúdos com temáticas que envolvem a pandemia e seus impactos.

Quanto às Temáticas, foram definidas as categorias: (1) Cotidiano – tratam da história e das experiências cotidianas dos índios, tal como a abordagem de questões relativas à vida indígena, sua história, especificidades da sua cultura; (2) Política – relaciona-se a políticas públicas e privadas relacionadas aos índios, como silenciamentos sobre ataques sofridos pelos indígenas feitos por grandes proprietários rurais; (3) Meio Ambiente – questões do impacto ambiental e desmatamento, como invasões, garimpo, queimadas etc.; (4) Coronavírus – notícias sobre a Covid-19 e o impacto na população indígena, tal como a implementação de medidas de controle e combate à doença, o número de casos e mortes, discussões sobre um possível genocídio e ações de ONGs.

Os acontecimentos agendados fora do cenário indígena acabaram por implicar a sua ascensão no cenário midiático, a exemplo da pandemia causada pelo *SARS-CoV-2*. A partir da centralização das informações aos assuntos relativos à doença, como sua expansão, observa-se uma programação enviesada aos conteúdos dos nativos. Pode-se afirmar que a temática indígena assume um papel de subalternidade: a abordagem principal não se refere ao índio, mas sim às consequências que a pandemia infere a ele. Assim, é possível considerar o aumento expressivo do número de materiais analisados de março, antes da confirmação do primeiro caso da enfermidade em territórios indígenas, a abril, tal como a queda observada nos meses posteriores.

Constata-se, no Quadro 2, as Temáticas acionadas. Foram, em primeiro lugar, “Covid-19”, com 48 notícias (42,10%), seguido de “Política”, com 38 matérias (33,34%). Em terceiro, vem “Meio Ambiente”, com 17 unidades (14,92%). Por último, aparecem as notícias de “Cotidiano” (11 matérias – 9,64%).

Quadro 2

Editorias/Temáticas Relacionadas à Questão Indígena na *Folha de S. Paulo*

Mês	Número de Notícias	Percentual
Covid-19	48	42,10%
Política	38	33,34%
Meio Ambiente	17	14,92%
Cotidiano	11	9,64%
Total	114	100,00%

Fonte: Dos autores, 2021.

Como resultado intrínseco do *timing* ocasionado pela epidemia, o Estado passou a se movimentar em prol do manejo de políticas públicas de abrangência indígena. Assim, a mídia se viu frente a uma incumbência relativa ao agendamento destas pautas e destes povos. Tal programação amplia-se em meio a um cenário de múltiplas e convergentes crises, como a sanitária, a econômica, a social e a política. Figura, ainda neste painel, as ações de enfrentamento instituídas pelo poder público, a flexibilização das discussões referentes ao garimpo e à mineração, a fragilidade do sistema de saúde indígena e os empecilhos na participação ativa nos espaços reservados aos nativos devido à necessidade do isolamento. Desse modo, na presente conjuntura, inúmeros fatores contribuem à ameaça e à vulnerabilidade dos indígenas, fato este que mobiliza e exige um posicionamento de

todos os poderes sociais, dentre eles, a mídia. É justamente a partir dessa necessidade que a *Folha de S. Paulo* agenda o maior número de conteúdos referentes à “Política (IV)”, no mês que sucede o primeiro caso de Covid-19 em nativos.

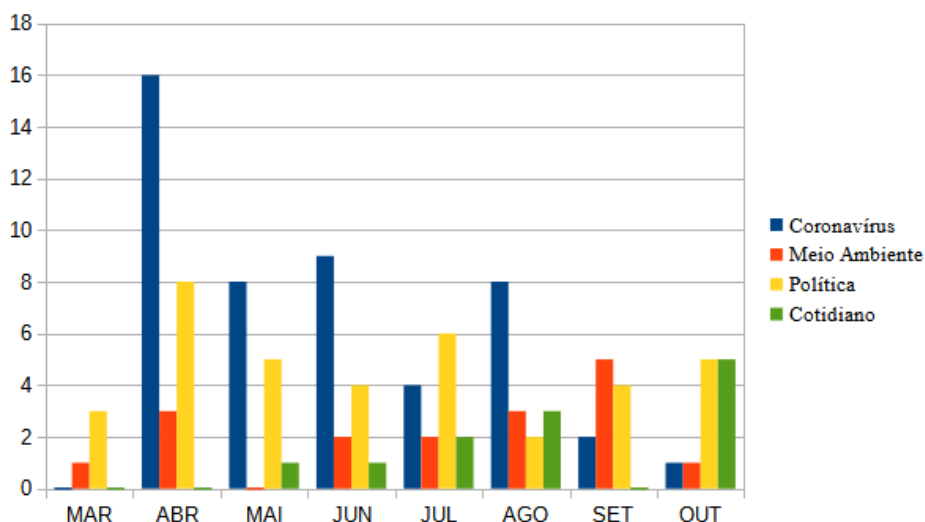
É notório ainda que, num período de maior exposição, houve um aumento considerável da fragilidade e instabilidade em relação às populações indígenas, assim como das discussões e flexibilizações acerca das atividades garimpeiras em suas terras, sobretudo em setembro, mesmo período em que o programa de Mineração do Governo Federal foi lançado. O documento prevê o avanço da mineração em novas áreas de abrangência. Vale ressaltar a potência empenhada em prol do Projeto de Lei 191/2020<sup>9</sup>, que, em sua ementa, considera as condições para a exploração de recursos minerais, hídricos e hidrocarbonetos em terras indígenas em prol da geração de energia elétrica.

Apesar das limitações do artigo em inferir sobre a questão do Agendamento, pode-se afirmar que a mídia dispõe do poder de acumulação, isto é, a sua capacidade de conferir relevância a determinado tema, tal como estabelecer sua durabilidade nas discussões sociais (OLIVEIRA, FERNANDES e QUADROS, 2021). Não obstante, é necessário ainda considerar o conceito relativo aos “*frames* temporais” que, em sua premissa, exprime a ideia de que os quadros de informações se desenvolvem a partir de um determinado período de tempo. Não é possível inferir que tipo de agendamento foi feito pela *Folha* a respeito da pandemia em relação à questão indígena, mas os dados sobre o enquadramento evidenciam que houve ênfase em estatísticas – vinculadas a números da Covid-19 como um todo no país – e ao mesmo tempo um silenciamento sobre temáticas importantes da cultura e do cotidiano da vida dos indígenas, tanto que a temática “Cotidiano” é a que menos aparece. Conforme dados, a categoria “Cotidiano (II)” obteve maior destaque no mês de outubro, período em que os assuntos relativos à epidemia minguaram devido à baixa no número<sup>10</sup> de mortes no cenário nacional, o que abriu espaço, ainda que escasso, para a construção de novos discursos perante aos indígenas.

#### Gráfico 1- Temáticas por mês na *Folha de S. Paulo*

<sup>9</sup> Informação retirada do Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>>. Acessado em: fevereiro de 2021.

<sup>10</sup> Informação retirada do G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/02/mortes-por-covid-tiveram-queda-menor-em-novembro-do-que-em-outubro-indicam-secretarias-de-saude.ghtml>>. Acessado em: fevereiro de 2021.

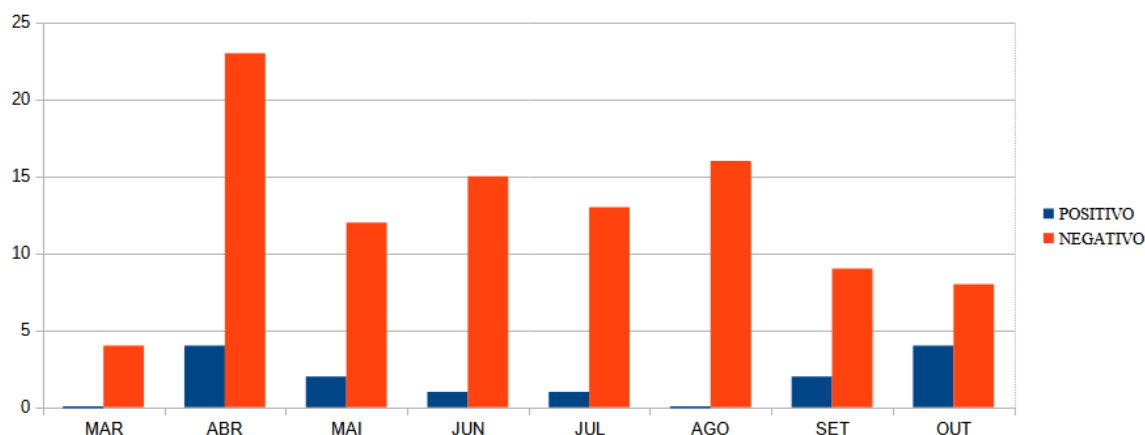


Fonte: Dos autores, 2021

Conforme os dados, infere-se que a programação nativa se desempenha de maneira quase nula na mídia massiva, sobretudo no período que antecede a epidemia mundial da Covid-19. Somado a isso, considera-se a conjuntura etnocêntrica desempenhada pela mídia ao tratar de assuntos referentes a estes povos, ceifando suas perspectivas individuais de visão de mundo. Infere-se que a hegemonia midiática apresentada em contextos brasileiros atua por deslocar os indígenas dos assuntos alusivos à sociedade, emoldurando-os em perspectivas de renúncia e negação.

Com a crescente atuação das ONGs e entidades voltadas à proteção dos nativos, desenvolve-se um interesse por parte do Estado de silenciar a voz do índio na tentativa de convencimento da opinião pública à adoção de medidas econômicas em áreas reservadas. A crença que se instituiu no imaginário popular, muito em decorrência da persuasão do Estado e da mídia, é de que os indígenas interceptam o avanço econômico do país. Uma nova agenda de temas indígenas também é intensificada em decorrência da Covid-19: o extermínio e o genocídio de suas gerações. Se antes os índios já vivenciavam a aniquilação de seus povos em decorrência dos conflitos por terras, hoje, também sofrem as consequências da epidemia. Logo, torna-se conveniente para os detentores do discurso, figurar a temática indígena a partir de visões estereotipadas, banalizadas e vulgarizadas, pois assim, conseguem agendar a opinião pública.

Gráfico 2- Enquadramento das notícias da *Folha de S. Paulo*



Fonte: Dos autores, 2021.

Quanto ao enquadramento negativo em relação à questão indígena, constata-se que a maior parte é negativa, já que a *Folha* tem uma visão crítica do negacionismo do governo federal em relação à Covid-19. Na notícia “Quase 50 indígenas da Ilha de São Pedro testaram positivo para anticorpos do novo coronavírus”, publicado no dia 07 de julho de 2020, retrata como a pandemia já se alastrava nas aldeias indígenas. A reportagem conta que o primeiro caso ocorreu no dia 12 de junho e em menos de um mês já tinha 50 infectados na aldeia de 375 indígenas. O enquadramento é enfático em relação aos números da pandemia do que sobre as especificidades dos povos indígenas. Perde-se a dimensão humanística e não tem uma abordagem interpretativa da questão indígena frente à pandemia, limitações impostas pelo próprio fazer jornalístico (TRAQUINA, 2001; OLIVEIRA, FERNANDES e QUADROS, 2021).

No entanto, conforme aponta Williams (1999) e a própria concepção dos Estudos Culturais, a mídia é um espaço de disputas de narrativas. Então, há narrativas que revelam o descaso com a situação da cultura e a sobrevivência dos povos indígenas. A notícia “Após meses de pandemia, indígenas de São Paulo relatam descaso com saúde e novas rotinas nas aldeias”, de 10 de agosto de 2020, na *Folha de S. Paulo*, em que moradores da aldeia de Suzano reclamam das condições precárias mesmo com a pandemia.

### Considerações finais

O artigo traz um estudo teórico e empírico, a partir de um recorte de oito meses na cobertura jornalística, em relação ao enquadramento das pautas indígenas, sobretudo, nos períodos subsequentes à chegada da Covid-19 em territórios brasileiros e nativos, na *Folha*

de S. Paulo. A gênese deste estudo pautou-se na compreensão inicial dos processos que envolvem a figuração dos índios nas programações veiculadas pela grande mídia, tal como o discurso empregado na abordagem destas temáticas. Para tanto, fez-se necessário adotar uma averiguação prática das teorias aqui propostas, desenvolvendo, assim, um material consistente para a análise, totalizando 114 notícias compreendidas entre março e outubro de 2020, voltadas aos tópicos alusivos aos nativos. Buscou-se registrar os dados a fim de analisá-los e assim estabelecer um diálogo com as teorias que sustentam o debate tanto sobre as questões indígenas como sobre os Estudos Culturais e as Teorias do Jornalismo.

Entende-se, a partir dos resultados desta análise, que diversas lacunas, estereótipos e preconceitos foram herdados das carências instituídas ao longo dos processos referentes à integração dos nativos no cenário social. Na extensão que compreende o portal aqui analisado, ainda é possível inferir que este se mobiliza em prol do discurso dominante ou hegemônico, posicionando as pautas indígenas em um receptáculo subalterno a outros assuntos e discussões aparentemente mais relevantes até pela superficialidade com que a temática é tratada. A cultura indígena, por exemplo, é retratada de forma homogênea.

Nota-se um reordenamento temático da mídia, em decorrência da necessidade de inserir grupos tradicionalmente marginalizados em sua agenda. Essa inclusão desenvolve-se de maneira vaga, uma vez que o índio passa a ser o objeto secundário dos conteúdos veiculados, silenciando suas especificidades e vivências. Por fim, a partir do estabelecimento dos pilares essenciais para o cumprimento de todos os objetivos traçados, a pesquisa detém sua importância na medida em que estimula o pensamento crítico acerca das populações nativas, tal como a capacidade que a mídia desempenha na formação do imaginário popular e no agendamento do debate público.

Por fim, como pôde ser observado, pela própria lógica do fazer jornalístico, como apontam as Teorias do Jornalismo (TRAQUINA, 2001), a tirania do fator tempo, o fator mercadológico, as rotinas de produção – enfim estas variáveis fazem com que a questão indígena seja tratada de forma reducionista e, no caso da pandemia, privilegiem-se números em detrimento de uma abordagem mais aprofundada e humanizada e busque tratar a cultura indígena na sua complexidade.

## Referências

BAHIA, Lígia. Doença de índio. **Escola Nacional de Saúde Pública**, 2013. Disponível em <http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/5828>. Acesso em 04 de maio de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CORRÊA, M.N.; NEVES, I. S.; TOCANTINS, R. A. A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades. In: **Revista Moara**, Ed. 40, jul./dez. 2013, p.1-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3281>>.

FERNANDES, C.M.; OLIVEIRA, L.A.; COIMBRA, M.R. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v.16, n.2, 2020, p.1-18.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

FUNAI. Quem são? Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao#:~:text=Hoje%2C%20segundo%20dados%20do%20censo,no%20pa%C3%ADs%2074%20%C3%ADnguas%20ind%C3%ADgenas.Aceso> em 04 de maio de 2021.

MELO, P. B. **Sujeitos sem voz**: Agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

OLIVEIRA, LA.; QUADROS, A.R.; FERNANDES, C.M. A 'Revanche' e 'Os Perversos': como Eliane Brum aborda Jair Bolsonaro na sua eleição e nos seus 100 primeiros dias de governo. **Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, v. 14, p. 1-1, 2021

RAQUEL, Martha. Brasil ultrapassa marca de mil indígenas mortos em decorrência da Covid-19. **Brasil de Fato**. São Paulo, 13 de março de 2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/13/brasil-ultrapassa-marca-de-mil-indigenas-mortos-em-decorrencia-da-covid-19>. Acesso em 04 de maio de 2021.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Estudos do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.